

NOTAS DE REFLEXÃO SOBRE AS TEORIAS FEMINISTAS E OS FEMINISMOS EM PORTUGAL

Fabio Mario da Silva *

Resumo: o objetivo deste trabalho é fazer, sucintamente, uma revista sobre algumas vagas feministas, procurando, inicialmente, indicar as diferenças entre as mesmas, para depois citarmos laivos e alguns dos embates do feminismo em Portugal, que se distanciou, durante muitos anos, de um posicionamento mais radical em relação aos direitos das mulheres.

Palavras-Chave: teorias femininas, feminismo português, direito das mulheres.

Abstract: The purpose of this paper is to briefly compose a review about some feminist positions, initially trying to reflect the differences between the tables, and then to cite lauds and some of the clashes of feminism in Portugal, which has distanced itself for many centuries, Of a more radical position on women's rights.

Keywords: feminine theories, Portuguese feminism, women's rights

1. Algumas reflexões sobre as vagas feministas

Segundo Karen Offen (2000, p. 34), a origem do vocábulo “feminismo” é indeterminada, mas acredita-se que

* Professor de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. famamario@gmail.com

não terá surgido antes de 1870 e que o seu uso e conhecimento foram utilizados aos poucos pelo mundo, de forma desconexa e lenta¹. Por seu turno, o *Dicionário de Psicanálise* afirma que feminismo foi, a princípio, um termo utilizado para designar qualquer categoria de grupo, classe ou família, e só a partir de 1975 este termo foi utilizado, nos EUA, para diferenciação, nos textos acadêmicos, do estatuto e da diferença sexual (ROUDINESCO; PLON, 1997, p. 299). Logo em seguida adquiriu o sentido – sobretudo com as feministas estadunidenses – que demonstra o quanto a sociedade estereotipou e sujeitou os sexos pela imposição social².

Segundo Kapla (apud NOGUEIRA, 2001, p. 43), terão existido três vagas no movimento feminista: a primeira compreenderia o período de meados do século XIX, tendo a Revolução Industrial como desencadeadora (pois foi nesse momento que as mulheres trabalhadoras começaram a reivindicar melhorias econômicas), e como fecho as duas grandes guerras, quando os homens foram à luta e as mulheres tiveram de ocupar as funções masculinas. De fato, segundo Rosiska de Oliveira (1993, p. 67), ao dar origem a uma mão de obra feminina, a Revolução Industrial introduziu uma primeira ruptura no paradigma da diferenciação dos gêneros, na medida em que separou casa e trabalho, confrontando ambos os sexos com as novas realidades e exigências sociais. Já a segunda vaga aconteceria após a II

¹ A obra chave e inicial neste período histórico é *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects* (1792), escrito pela feminista britânica Mary Wollstonecraft.

² Segundo Fiol, Perez e Planas, as feministas, muitas vezes, são discriminadas em função de certos preconceitos estabelecidos em torno de uma figura estereotipada de mulher, conscientemente politizada: “Las razones para este rechazo al término feminista son muchas, pero entre ellas, probablemente destaca el hecho de que la imagen, el estereotipo de la feminista incluyen el de una mujer lesbiana que odia a los hombres, y desde los medios de comunicación y el resto de agentes socializadores se abunda en dar esta imagen con fines, em algunos casos, interesados” (FIOL; PEREZ; PLANAS, 1999, p. 159).

Guerra Mundial, resultante de um período econômico próprio e do expansão da igualdade do nível de vida, ocorrendo um certo ativismo político que ajudou a estratégia dos movimentos feministas da década de 60 até aos anos 80. A terceira e última vaga seria de índole pós-feminista, lembrando-nos Kapla (apud NOGUEIRA, 2001, p. 143) que nesse decênio o feminismo começou a ser taxado de “fora de moda”, acreditando, os opositores do movimento, que se o feminismo fosse longe demais haveria um *backlash* por parte dos homens que, aliado a um discurso de igualdade, enfatizaria a ridicularização dos movimentos feministas.

Claro que esta visão se restringe à realidade de alguns países europeus. Como nos elucida Conceição Nogueira (2001, p. 34) sobre o que terá sido a segunda vaga do feminismo em países como Portugal, Espanha e Grécia, emergentes de regimes ditatoriais, esta evolução não ocorreu com essas delimitações temporais; apenas os últimos anos do século XX (os movimentos das mulheres dos anos 70 e 80) seriam semelhantes à primeira fase descrita por Kapla:

Estas discontinuidades no conhecimento social devem-se possivelmente aos efeitos das duas grandes guerras, e às ideologias que governavam na época: qualquer movimento radical ou reformista no Ocidente teria ficado suspenso durante a segunda Guerra Mundial, e qualquer progresso dos movimentos feministas seria impossível nos países onde os fascistas tiveram poder (apud NOGUEIRA, 2001, p. 140).

Já para Ana Álvarez (2002, p. 56), na obra *O feminismo ontem e hoje*, o feminismo sempre existiu através dos séculos e as mulheres quase sempre se queixaram das injustiças praticadas pela dominação masculina. Assim, esta investigadora divide o percurso histórico feminista em três grandes etapas: o “feminismo moderno”, o “neofeminismo” e o “feminismo da diferença”.

O feminismo moderno será o período em que/no qual

encontramos as primeiras manifestações sobre as *polêmicas feministas*, na esteira do Iluminismo e dos momentos de transição para as reformas sociais mais justas e libertadoras. Pode dividir-se em várias vagas. A primeira, herdeira direta das raízes iluministas e da Revolução Francesa, começaria com a obra de Poulain de la Barre que refletia sobre as condições das mulheres, sob a ótica de uma filosofia social, bem como os ideais dos movimentos feministas e mulheres da Revolução Francesa. Na segunda vaga, o feminismo do século XIX enveredaria, em boa medida, pelas reivindicações igualitárias do Iluminismo, mas surgindo como forma de resposta à Revolução Industrial. Já no movimento sufragista, dadas as alterações das relações entre os dois sexos operadas pelo capitalismo, as mulheres organizaram-se em volta da reivindicação do direito ao sufrágio, sendo a atitude mais radical e empenhada a das feministas inglesas. O feminismo socialista utópico foi o primeiro a abordar o tema da mulher partindo da miserável condição social das trabalhadoras, refletindo sobre a transformação da instituição familiar e condenando a dupla moral, considerando o celibato e o casamento indissolúvel como instituições repressoras causadoras de injustiças e de inferioridade. Depois, o socialismo marxista articulou, em meados do século XIX, as *questões femininas*, aduzindo uma nova origem para a opressão das mulheres: a causa social, dando atenção à crítica da família e da dupla moral e relacionando-a com a exploração econômica e sexual da mulher. Por seu turno, o movimento anarquista, entre os séculos XIX e XX, não tendo visado com tanta acuidade a questão da igualdade entre os sexos, agregou um número elevado de mulheres, que contribuíram para as lutas de igualdade.

No século XX, o neofeminismo é o período que engloba os anos 60 e 70, surgindo a par de várias reformas que conferiram direitos às mulheres, como o do voto, e tendo

Simone de Beauvoir como referência fundamental. Podem encontrar-se na sua evolução várias etapas e correntes: o feminismo liberal, o mais representativo nos EUA, que tem como expoente Betty Friedan, que associa a situação das mulheres ao problema da desigualdade; e o feminismo radical, que agrupa as feministas políticas e as feministas, tendo o seu início nos anos 60, apoiando-se nos movimentos antirracistas, estudantis, pacifistas e anteriores feminismos, e, menosprezando os interesses na política reformista dos grandes partidos, propôs-se antes construir novas formas de vida. O feminismo político entendia que a opressão das mulheres derivava do capitalismo ou do sistema; já o feminismo radical estrito manifestava-se contra a subordinação feminina, identificando os homens como os beneficiários da sua dominação. Esses dois blocos caracterizaram-se pela sua posição antissistema e pelo seu afã de distanciar-se do feminismo liberal. Baseados em conceitos teóricos do marxismo, da psicanálise e do anticolonialismo, obras como *Política sexual* de Kate Millet e *A dialéctica da sexualidade* de Sulamit Firestone trouxeram conceitos importantes para as feministas radicais, como os de “patriarcado”, “gênero” e “casta sexual”, sendo dado a esse grupo o mérito de ter revolucionado a teoria política ao analisar as relações de poder que estruturam a família e a sexualidade, despertando nas mulheres a consciência da sua opressão (“consciousness-raising”). Por seu turno, a nova aliança entre feminismo e socialismo, surgida nos anos 70, tinha a intenção de conciliar os(as) teóricos(as) feministas com os socialistas, defendendo a complementaridade das duas análises.

O feminismo italiano da diferença surgiu em 1945, influenciado pelos feminismos franceses e americanos, reivindicando a lei de despenalização do aborto, e com uma proposta para combater a violência sexual. Apesar de ser uma década conservadora nos EUA e Inglaterra, a década de 50

conheceu profundas transformações: as feministas continuam a sua tarefa de consciencialização, reflexão e ativismo, tomando forma uma nova denominação – o feminismo institucional, que obtém diferentes formas nos países ocidentais, tendo em comum a decisão de situar-se fora do sistema e de só aceitar mudanças radicais. O feminismo da diferença, das últimas décadas do século XX, centra-se no debate das várias teorias feministas, gerando-lhes novas subcategorias.

Para Alice Echols (1993, p. 45-60), o feminismo radical terá evoluído para o feminismo cultural, mas enquanto o radical lutava pela superação dos gêneros, o cultural apoia-se na diferença. Se o feminismo cultural americano engloba, segundo a mesma autora, as diferentes correntes que igualam a libertação das mulheres ao desenvolvimento e à preservação de uma contracultura feminina, pelo contrário, o feminismo francês da diferença parte do princípio de a mulher ser absolutamente o outro, propondo a reconstrução, através da psicanálise, de uma identidade própria, exclusivamente feminina.

Observamos, assim, que a divisão de Ana de Miguel Álvarez, que resumimos atrás, tenta dar conta, de forma geral, das principais teorias feministas, num quadro elucidativo e didático. Porém, são esquecidos movimentos latino-americanos, centrando-se apenas na luta de ideias feministas de países considerados de primeiro mundo, de mulheres brancas e, certamente, com poder aquisitivo. Assim, manifesta Monique Wittig, militante feminista, uma certa preocupação pelo facto de, muitas vezes, o feminismo se ficar apenas na teoria e não se concretizar em atos. Wittig (1981, p. 34) diz que *a mulher* é um mito, uma ideia pré-concebida, estereotipada, uma convenção, ou conjunto de qualidades e defeitos. A tentativa de *naturalizar* as mulheres é, assim, uma falácia.

2. O contexto português e alguns laivos sobre feminismo

No contexto português, podemos dizer que um discurso de pendor feminista, ou que suscita a ideia de feminismo, data de 1557: quando foi dada à estampa uma obra de Rui Gonçalves, *Dos privilegios & praerogativas q ho genero feminino te por direito comû & ordenações do reyno mais que ho genero masculino*. Nesta obra encontramos um pensamento português quinhentista que vem questionar o estatuto concedido às mulheres. Considerado por muitos estudiosos como o primeiro feminista português, o autor escreve uma obra em homenagem à Rainha D. Catarina, mostrando o valor das mulheres portuguesas, em alguns casos em pé de igualdade com os homens. Acima de tudo, esta obra tenta trazer o conhecimento da sua época sobre a legislação que abrangia as mulheres. Com um olhar sobre a vida, íntima e pública, feminina, o seu discurso visa apresentar questões de caráter econômico (o dote), social (os deveres e os direitos) e moral (a integridade feminina). O autor mostra-se um profundo conhecedor da história das mulheres, perfazendo um caminho desde as mitologias grega, egípcia, romana, passando pelas histórias bíblicas, como também pelas de reis e rainhas, abordando temas como a fortaleza, a devoção e o temor a Deus, a liberdade, a clemência e a misericórdia, a castidade, o amor conjugal, e o combate à ociosidade – todos atributos superiores das mulheres em relação aos homens.

Lembrando a imagem de Maria, que se caracteriza como uma profetisa que com a agulha e a roca adquiriu o necessário ao seu filho Jesus Cristo, acrescenta que “por onde nã tem rezã os q afirmã que ho genero feminino he inferior & de pior condiçam” (GONÇALVES, 1992, p. 31). O autor refere que reis e príncipes, rainhas e princesas poderiam gozar dos mesmos privilégios e proeminências, e cria um

manual dos “direitos” da mulher na sociedade, com obrigações, deveres de cidadania e matrimoniais, buscando caminhos e mostrando que ao sexo feminino são dados, no Direito, grande benefícios, apesar de na prática ser ao homem que é dada a voz. Apesar de Rui Gonçalves procurar mostrar as vantagens conferidas judicialmente às mulheres, é certo que se configura como um caso excepcional, pois o discurso da maioria dos teólogos³, filósofos, juristas, e médicos⁴ caracterizava, desde a Alta Idade Média, a mulher como ser inferior, postulando-lhe um caráter de submissão, periculosidade ou ingenuidade. Por isso, para alguns críticos, como António Manuel Hespanha, a obra de Rui Gonçalves não era feminista e tinha apenas como propósito concitar o favor real, porque o Direito participava deste sistema de pré-compreensões sobre a identidade e natureza dos gêneros. Hespanha afirma que, apesar de participar deste sistema patriarcalista, tendo as mulheres como sujeitos passivos e minorizados, o Direito (por parte de dados da cultura romana de gêneros, muito mais igualitária do que a judaica) desenvolveu alguns pontos positivos e, no que concerne à produção de imagens sobre o feminino, permitiu a integração de situações reais, como as da mulher dona de bens, da

³ Basta lembrarmos as palavras do Padre António Vieira que afirma num dos seus sermões que “mulher e fazenda são as duas coisas que mais apartam do céu e os dois laços do demónio, em que mais almas se prendem e se perdem” (VIEIRA, 1997, p. 38).

⁴ A questão do corpo feminino é referida por muitos médicos medievais como de caráter inferior, ou até mesmo maléfico, como constatou Sara Grieco, ao notar que as mulheres foram, durante muito tempo, identificadas com “machos imperfeitos” ou “úteros ambulantes”, reflexos terrenos de beleza divina ou tentações lascivas ao serviço de Satanás. Este caráter maléfico atribuído ao corpo feminino é inculcado através da ideia, muito difundida na Idade Média, de que as normas de higiene do corpo, como o uso de pós e perfumes, vêm trazer mais atrativos ao corpo feminino, realçando também a concepção de fragilidade e desprestígio nas mulheres: “A partir do século XV, os tratados sobre a família, os livros de civilidade e mesmo a literatura médica insistem todos na fragilidade do sexo feminino e no dever que os homens têm de proteger as mulheres da sua fraqueza inata” (GRIECO, 1993, p. 83).

mulher feudatária, da mulher rainha (HESPANHA, 1994, p. 54). Ou seja, é exatamente apoiando-se no Direito Romano que Rui Gonçalves procura meios de mostrar que a mulher gozava (mesmo em plena Idade Média) de direitos em situações que a privilegiavam em relação aos homens. Para isto não deixa de referir figuras, como exemplos de virtudes femininas, como os de Minerva, Nossa Senhora, Cleópatra, etc., e até uma figura banida pelos copistas cristãos da Idade Média, Safo.

Em relação ao contexto português é preciso destacar que historiadores conceituados, como Charles Boxer (apud ALVIN, 1986, p. 12), afirmam que a marca antifeminista é típica da cultura ibérica. Ora, se estas afirmações estão corretas, como, em linhas gerais, poderíamos caracterizar a evolução e as categorias do feminismo em Portugal? O país estaria fadado (se o compararmos a países europeus que tratam este tema de maneira sistemática e presente, como França e Inglaterra) a ser uma nação machista e periférica, no que concerne aos estudos feministas? Dejanirah Couto-Pontache (1982, p. 449) situa as primeiras ideias feministas em Portugal nos anos 20 do século XIX, associando-as à vitória do Liberalismo; porém, Maria de Fátima da Silva Mariano (2004, p. 24-25) afirma que o estatuto da mulher portuguesa era, nessa época, baseado num discurso pouco reivindicativo e numa posição ainda bastante conservadora sobre o que deveria ser a participação destas mulheres na vida sociopolítica do país. Por seu turno, Cecília Barreira, na sua tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, em 2001, delimita o período entre 1890 a 1930 como sendo o mais fértil da produção do universo feminino em Portugal, principalmente com o surgimento dos periódicos femininos, restritos embora ao universo das mulheres burguesas em Lisboa. O modelo francês, além da conduta, influencia as autoras também pela língua e literatura. A criação destas revistas veiculava ideologicamente

uma educação feminina, porque a mulher agora estava tendo acesso à escolarização e começava a haver uma preocupação em escrever para esse público específico. É neste meio que surgem as feministas assumidas: “o feminismo em Portugal traduziu-se em linhas gerais num movimento de acção doutrinária, moderado nas suas propostas e reivindicações, e delimitado na militância de algumas mulheres de elevada cultura, sobretudo no período concernente à Primeira República” (BARREIRA, 2001, p. 156).

Lembremos que as implicações que envolvem a formação da Primeira República Portuguesa, na sua maioria, giram em torno de várias instabilidades no país: seja no âmbito populacional (com grandes emigrações e elevada mortalidade por causa das epidemias e da guerra); seja na questão económica (já que apenas os produtos agrícolas como o vinho, a cortiça e as frutas eram abundantes)⁵; seja também por causa das classes sociais emergentes (os burgueses ricos detinham influência nas decisões do país, apesar dos chefes republicanos insistirem em criar o mito de que o novo regime fora instituído pelo povo). Destaque-se também o antijesuítismo como forma de combater a monarquia, com o crescimento da prática maçônica no país. Até mesmo na literatura portuguesa encontramos um período turbulento, em que se entrecruzam movimentos e estéticas. É exatamente este período de transformação que Rui Ramos descreve, através das seguintes considerações:

Mais do que programas técnicos e moralistas de boa governação e prosperidade, a República continha um projecto de transformação fundamental da humanidade que não era um simples devaneio dos seus partidários mais excêntricos. Deu sentido a muitas das suas acções, como a do confronto com a

⁵ Havia então uma grande escassez de produtos derivados do trigo, consequentemente aumentando os problemas relacionados com a miséria e a fome, e concentrando a grande maioria da riqueza do país em Lisboa.

hierarquia da Igreja Católica, e fez as organizações republicanas desenvolverem um sistema de mobilização e propaganda política cujo paralelo – e não por acaso – só se poderia encontrar na grande rival, a Igreja Católica. Por aqui o republicanismo se articula com as actividades intelectuais em Portugal e se vai tornar um dos cadinhos para a produção de uma medida, uma “sacralização” das actividades dos Portugueses, através de um conceito, “cultura”, em que, dotado de valor absoluto, rituais, devoções, funciona como “religião” (RAMOS, 2001, p. 433).

Dentro dessas actividades intelectuais em que o regime republicano se articula, estão engajadas mulheres escritoras, que defendem o novo sistema e o feminismo em Portugal. Ou seja, o feminismo, em Portugal⁶, surge numa época sensível politicamente, e talvez por isso o movimento português foi moderado e não subversivo, como noutros países da Europa. Para Elina Guimarães, haveria um certo feminismo que defenderia a mera imitação do homem pela mulher, nas suas atitudes e comportamentos, concluindo que “uma verdadeira feminista não pode pensar em masculinizar-se, porque orgulha-se de ser mulher” (GUIMARÃES, 1978, p. 7). Por seu turno, Emília de Sousa Costa lembrava que as feministas não podiam perder a sua *função* como mulheres:

⁶ Um dos ícones para as feministas portuguesas é a Dr.^a Carolina Beatriz Ângelo, que exigiu, sendo portuguesa, de maioridade, instruída, viúva e chefe de família, o direito ao voto. Requereu a inscrição como eleitora, que lhe foi negada primeiramente; porém, ela recorreu aos tribunais, que vieram a dar-lhe razão, votando nas eleições constituintes em 28 de maio de 1911, data que marca uma importante ação feminista. Outra figura ilustre é a médica Adelaide Cabete, primeira mulher a declarar-se publicamente feminista. Adelaide Cabete também é responsável pela fundação, em 1914, do Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas, a primeira associação de características totalmente feministas em Portugal. Segundo Isabel Lousada (2011, p. 20-30), Adelaide Cabete defende que se não for possível à mulher grávida ter uma profissão menos fatigante, deverá a sociedade, no mínimo, prover a que as mulheres grávidas pobres tenham repouso durante uma parte da gravidez; por isto podemos considerá-la como a pioneira na defesa pela licença de maternidade e assistência pré-natal, na esteira do combate contra a elevada taxa de mortalidade infantil.

Confundir, pois, as feministas com as desequilibradas que jogam e fumam, exploram o homem e abominam o trabalho, com as que não amam a missão de mãe, não aspiram à carinhosa abnegação de esposa, desdenham as doces minúcias de uma vida sacrificada ao bem estar da família, é um erro tão grave e funesto para a autêntica felicidade da Pátria que custa a perdoar (COSTA, 1928, p. 126).

Evidencia-se a persistência dos estereótipos negativos de uma Lilith, Eva ou Pandora, muitas vezes expostos ou, segundo a autora, confundidos com as atitudes de reivindicação das feministas; tais comportamentos negativos deveriam ser banidos, restando apenas o modelo da boa mãe, imagem estereotipada da Virgem Maria. Emília Costa (1928, p. 64) chega ainda à conclusão de que o maior problema enfrentado pelas feministas seria o de conciliar o trabalho doméstico com o profissional e a escolha da profissão que mais conviria à mulher quando esta não tem a obrigação do trabalho doméstico.

Lembremos que é também no começo do século XX que em Portugal surge um outro fenômeno que vem ajudar a formar o pensamento feminista português: o trabalho feminino. A mão de obra feminina, mais barata, e a ideia de consumo, trazem à cena as mulheres trabalhadoras, que mais tarde reivindicarão melhores condições de trabalho. É preciso recordar que Ana de Castro Osório, feminista ativa e um dos principais ícones do movimento português, defendia as solicitações básicas de qualquer movimento feminista, trazendo, ao contexto português, um discurso focado em três principais questões: o direito ao voto, a independência econômica e psicológica da mulher, e, por fim e principalmente, o acesso à educação (OSÓRIO, 1905, p. 36). Osório relata, em tom irônico, que o vocábulo feminista implica, em Portugal, entender as seguintes questões: “Feminismo. É ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e

de que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvando Deus!” (OSÓRIO, 1905, p. 11). Neste discurso nota-se o pensamento conservador da mulher portuguesa, que tenta conciliar o feminismo (extremamente comedido e com ressaibos de conservadorismo) com a vida de mulher obediente e dedicada à família, já que a estrutura conservadora de ideais patriarcais imperava (como ainda impera hoje) tão fortemente em Portugal. Parece um fato importante a mulher ter em conta sua função de esposa para a “felicidade da Pátria”, talvez como ideia referente ainda à época dos descobrimentos portugueses – período em que a mulher fica na Pátria, como pilar que constitui a felicidade do reino e a base da família.

Elina Guimarães (2002, p. 7) relata que essa indiferença, e mesmo repugnância, por parte de algumas mulheres portuguesas, pelo feminismo, é justificada não só pela pouca ou nenhuma instrução da mulher das classes sociais menos favorecidas, mas também pela apatia mental e o medo do ridículo da mulher das classes sociais dominantes, associados ao fatalismo que as impede de reagir contra as injustiças. Esses fatores seriam, por seu lado, fruto do seu absoluto desconhecimento dos problemas sociais em geral e do feminismo em particular, o que nada tem de surpreendente, visto a sua educação limitar objetivamente as suas capacidades críticas.

Necessariamente, em relação aos movimentos organizados em Portugal, suas origens remontam, primeiramente, à Liga da Paz, criada em maio de 1899, que ainda não era um movimento puramente feminista, mas que é já um movimento organizado de mulheres. Um contributo para pensar a condição das mulheres em Portugal foi a criação da Associação Grupo Português de Estudos Feministas, em 1907. Os grupos de reflexão

predominantemente feminista surgem através de um convite feito pelos republicanos Bernardino Machado, Magalhães Lima e António José de Almeida, a Ana de Castro Osório, que concretizou o sonho de fundar a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1908. Porém, em 1911 a feminista escritora entra em desacordo com Maria Veleda e outras associadas, abandonando a Liga para fundar outra organização, a Associação de Propaganda Feminista, que seguiu orientações diferentes da Liga. Já a médica Adelaide Cabete funda, em 1914, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que se constituiu em doze organizações federais. Maria Veleda, já fora da Liga, funda, em 1915, a Associação Feminista de Propaganda Democrática. Por seu turno, Ana de Castro Osório funda a Cruzada das Mulheres Portuguesas, reunindo sócias da Liga e da Associação de Propaganda Feminista. Ou seja, o movimento feminista português desmembra-se, por disputas internas de poder e divergências de ideias, o que problematizou ainda mais um movimento que, em relação a outros da Europa e EUA, era modesto. Contudo, esta dinâmica também contribuiu significativamente para a formação de diferentes identidades e mentalidades, como aconteceu noutros países.

Num célebre texto do feminismo português, *Às mulheres portuguesas*, Ana de Castro Osório (1905, p. 45) lamenta que o homem português, não estando habituado a encontrar mulheres no seu trabalho e na vida pública, consiga não só desprezá-las, mas também temê-las. Centrado num discurso sarcástico e no direito à educação das mulheres, como parte do desenvolvimento intelectual capaz de contribuir socialmente em conjunto com o homem, o feminismo, para Osório, centra-se na igualdade entre os sexos. Acredita na construção fraterna através da união dos esforços de ambos, defendendo o direito de escolha feminina, sem que isso acarrete um desprestígio ou exclusão da mulher: “o que eu entendo por –

desenvolver livremente as qualidades afectivas na mulher – é deixar-lhe o pleno direito da escolha, o direito sagrado de amar ou não amar, de casar ou ficar solteira, sem que isso represente uma vergonha ou, pelo menos, um ridículo” (OSÓRIO, 1905, p. 31). A autora refuta a ideia que a sociedade portuguesa tem da maioria das mulheres, como seres ignorantes ou fúteis, considerando o analfabetismo como uma das maiores vergonhas nacionais. Para Osório o “verdadeiro feminismo” centra-se na mudança de posicionamento que ocorreu no homem, e que a mulher precisa acompanhar, principalmente, através de uma pedagogia ideológica educacional: “Educar a mãe para ser a educadora dos filhos; educar a mulher em geral para viver de si mesma, e para si, quando pertença à enorme legião das que ficam solteiras e, portanto, *sem filhos a educar nem casa a governar*, deve ser um dos nossos mais porfiados empenhos” (OSÓRIO, 1905, p. 54). A autora acredita ser um dos maiores problemas a enfrentar pelas mulheres a falta de consciência em saber o que é “ser português” (OSÓRIO, 1905, p. 77): amar a sua língua. Ler os livros dos grandes pensadores nacionais seria a primeira condição de conhecimento da língua, reconhecendo, então, que falta à mulher portuguesa sua contemporânea um entendimento sobre a sua nacionalidade, o que a encerra em padrões inoperantes e na apatia, fazendo com que, por exemplo, não entenda os movimentos políticos que então surgiam, como o republicano.

3. Algumas conclusões

Podemos concluir que feminismo não é um termo passível de uma só interpretação, dada a amplitude que os movimentos feministas alcançaram, subdividindo-se. Em termos gerais, sintetiza Michelle Perrot: “O feminismo age por impulsos, por vagas. É um movimento intermitente, sincopado, mas ressurgente, porque não se apoia em

organizações estáveis capazes de o capitalizar” (PERROT, 2007, p. 174). Diferentemente de movimentos feministas que promoveram discussões, passeatas e rixas no campo sociopolítico, como os franceses, ingleses e estadunidenses, o feminismo português assemelhou-se ao feminismo alemão, de caráter pedagógico e educativo. Contudo, se concordarmos, com Anne-Marie Kappeli (1994, p. 545), sobre serem o barômetro por excelência do progresso feminista a proliferação da imprensa feminina⁷ e a fundação de associações, podemos estabelecer uma linha de início do feminismo português a partir da publicação das primeiras revistas portuguesas dirigidas por mulheres ou destinadas a elas, apesar de muito desse material reforçar o código patriarcal. O surgimento, em 1849, do primeiro jornal fundado e dirigido por uma mulher em Portugal, *A Assembléia Literária*, inaugurou uma nova fase de organização para o discurso feminino português: as mulheres não apenas escrevem artigos e textos literários, mas estreiam-se como diretoras e redatoras.

Importa salientar que, em 1914, uma outra revista, *A Vida Elegante*, assegura que o ponto de vista dos seus colaboradores nunca estaria ligado à política pois supõe a existência de ódios nessa esfera, sentimento esse que não teria lugar no coração da mulher portuguesa, cujos únicos objetivos seriam os de ser “boa filha, esposa e mãe” (apud LEAL, 1992, p. 78). Já a diretora de *Vida Feminina* exalta as trivialidades das mulheres e elege a “futilidade feminina” como legado positivo para as vidas das mulheres (apud LEAL, 1992, p. 12). Por isso, Ivone Leal (1992, p. 56) nos elucida que, na imprensa do século XIX, a expressão

⁷ Lembremos que o jornalismo nasce em meados do século XVII e as mulheres quase sempre tiveram uma relação modesta com essa atividade. Só em 1759, pouco antes da Revolução Francesa, é que se assistiu, na Europa, ao nascimento de um periódico, editado por duas décadas, sendo o mais duradouro antes da Revolução, o *Journal des Dames*, feito por e para mulheres.

“periódico feminino” queria dizer jornal destinado por homens ao público feminino e contendo matérias que esses homens entendiam ser as que interessavam ou deveriam interessar às mulheres.

Esses periódicos foram fundados no androcentrismo, que entende o pensamento masculino como legítimo e o feminino como desvio da norma, explicitando as formas como a mulher deveria comportar-se – e implicitamente expõem as recomendações do poder masculino sobre o domínio do corpo feminino. É nesse contexto que Maria Lago e France Paramelle (1978, p. 34) afirmam que toda a repressão, historicamente imposta às mulheres, conseguiu inibir a sua curiosidade sexual, acreditando que quando a mulher tiver consciência dos seus desejos sexuais como de um direito seu, ela deixará de ser *objeto sexual* e o homem admitirá que é um parceiro de igualdade. Assim, novos valores sexuais poderão ser consagrados, e a mulher deixará de sofrer a alienação de ter de ser um *objeto de desejo* que a mantém dependente de um “corpo ideal imaginário”. Muitas mulheres vivem os seus comportamentos afetivos e sexuais com base na crença na superioridade no homem, que, para elas, inconscientemente, é objeto de uma religião. Esta “mulher-criança” acha-se literalmente obrigada, pela ação do treino cultural, a tornar-se passiva e masoquista. Não tem o direito de ser ativa ou de se mostrar agressiva: isso seria contrário ao “modelo de feminilidade” (LAGO; PARAMELLE, 1978, p. 15). Por isso, a mulher que quer ser contra esse “modelo de feminilidade” é, muitas vezes, descrita como “homem”. Nessa perspectiva, nota-se que muitas feministas foram taxadas de lésbicas, por tentarem afirmar a especificidade e o poder do seu sexo. Simultaneamente, por causa deste posicionamento autônomo, muitas lésbicas participaram na luta feminista, identificando-se com o seu discurso de protesto como vítimas do modelo padrão feminino que lhes era imposto:

Qualquer movimento feminista que se queira libertar tem de, obrigatoriamente, reivindicar a tomada de consciência da expressão homossexual da sexualidade. Esta tomada de consciência permitirá à mulher escolher os seus parceiros sexuais e afectivos. Ela poderá igualmente decidir sublimar as suas tendências homossexuais, transformando-as numa aliança com as outras mulheres. Através desta aliança, a mulher participará, finalmente, como mulher, na obra cultural (LAGO; PARAMELLE, 1978, p. 49).

Para que a mulher possa descobrir a sua verdadeira identidade feminina, defendem as autoras, é preciso que ela assuma o seu lado oposto ao modelo social que é permitido; ou seja, não recalcando as suas tendências ativas, não se colocando apenas como “objeto do desejo masculino”, esboçando um novo retrato que não seja a alienação da mulher e a privação imposta pela cultura masculinizada. Por fim, Lago e Paramelle (1978, p. 33) concluem que a vivência plena no feminino (será que existe essa vivência?) não acontecerá apenas com a libertação das mulheres, mas com a modificação das atitudes dos homens; só nesse momento cada mulher experimentará plenamente a sua *feminilidade*.

As feministas lutaram por um sistema, num primeiro momento, igualitário; as mais radicais lutam por manter uma distinção, buscando contrariar o desprestígio dado às mulheres em vários setores da sociedade. O feminismo em Portugal surge comedido, não tão combativo como em outros países da Europa e dos EUA, mas segue o seu caminho hoje mais fortemente, tentando refletir e ajudar as mulheres não apenas pelo seu direito de igualdade, mas sobretudo contra a violência em escala alarmante que continuam sofrendo as mulheres portuguesas.

Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ, Ana de Miguel. *O feminismo ontem e hoje*. Trad. Ana Barradas. Lisboa: Ela por Ela, 2002.
- ALVIN, Maria Helena Vilas-Boas. Subsídios para a história da mulher. Separata de: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA. *Actas...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1986.
- BARREIRA, Cecília Maria Gonçalves Barreira. Universos femininos em Portugal: retrato da burguesia em Lisboa (1890-1930). Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- COSTA, Emília de Sousa. *As mulheres e o feminismo*. Lisboa: Tip. Seara Nova, 1928.
- COUTO-PONTACHE, Dejanirah. Les origines du féminisme au Portugal. In: COLLOQUE UTOPIE ET SACRALISME AU PORTUGAL AU XIX^{ÈME} SIÈCLE. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982. p. 23-67
- ECHOLS, Alice. *Daring to be Bad: Radical Feminism in America 1967-1975*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1993.
- FIOL, Esperana Boch; PEREZ; Victoria Ferrer; PLANAS, Margarida. *História de la misoginia*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 1999.
- FURMAN, Nelly. Textual feminism. *Women and language in literature and society*. Ed. Ruth Borker et al. New York: Raeger, 1980. p. 45-54.
- GONÇALVES, Rui. *Dos privilegios & praerogativas q ho genero feminino te por direito comũ & ordenações do reyno mais que ho genero masculino*. 1.^a edição fac-símile. Ed. Elisa Maria Lopes da Costa. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992.
- GRIECO, Sara F. Matthews. O corpo, aparência e sexualidade. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette (Dir.). *História das Mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1993. p. 71-91.
- GUIMARÃES, Elina. Discurso de abertura do II Congresso Feminista Português. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*. Ed. Comissão da Condição Feminina. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1978. p. 2-17.
- _____, (Ed.). *Movimentos feministas*. Edição fac-símile no âmbito do *Espaço mulheres do século XX: 101 livros*. Lisboa: Câmara Municipal de

Lisboa, 2002.

HESPAÑA, António Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da expansão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ROSTO FEMININO NA EXPANSÃO PORTUGUESA,. *Actas...* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. p. 53-64.

KAPPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: DUBY, Georges; PERROT, M. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994. p. 540-579.

LAGO, Maria, e France Paramelle. *A mulher homossexual: ensaio sobre a homossexualidade feminina*. Trad. Maria Augusta Ramalho Sequeira. Mem-Martins: Europa-América, 1978.

LEAL, Maria Ivone. *Um século de periódicos femininos. N.º 35*. Lisboa: CIDM, 1992. v. 35.

LOUSADA, Isabel. *Perfil de uma pioneira - Adelaide Cabete*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.

MARIANO, Maria de Fátima da Silva. *Génese e desenvolvimento feminista português (1890-1930)*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2004.

NOGUEIRA, Conceição. *Um olhar sobre as relações sociais de género: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OFFEN, Karen. *European Feminisms (1700-1950). A Political history*. California: Standford, University Press, 2000.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

OSÓRIO, Ana de Castro. *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

PERROT, Michelle. *Uma história das mulheres*. Trad. Isabel Staubyn. Lisboa: Edições Asa, 2007.

RAMOS, Rui. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Ed. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel (Eds.). *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro. Mem-Martins: Inquérito, 1997.

WITTIG, Monique. *One Is Not Born A Woman. Feminist Issues*, v. 1, n. 2, p. 1-4, 1981.

Recebido: 07/03/2016

Aprovado: 28/05/2016